



Entidades sem fins
lucrativos mantêm
incentivos fiscais

4

Cotait reúne-se
com presidente da
CCJ da Câmara

10

Carta traz
reivindicações
a parlamentares

14

CACB Informa
Ano III
Edição 25
Fevereiro de 2026

Presidente da CACB:
Alfredo Cotait Neto

Produção:
Assessoria de
Comunicação
Institucional
Mônica Monteiro
Indiara Oliveira
Eryka Ribeiro
Isabele Mendes
Gustavo Damaso
João Luiz Mendes
Mariana Vieira
Tariq Marie Alves
Ubirajara Rodrigues

Diagramação:
Gustavo Caselato



Confederação
das Associações
Comerciais e
Empresariais do Brasil

Edifício Corporate
Financial Center
Setor Comercial Norte
Quadra 02, bloco A
nº 190, sala 901
Brasília/DF
CEP.: 70712-900

Tel.: (61) 3321-1311

www.cacb.org.br

CACB nas redes:
@cacboficial



PALAVRA DO PRESIDENTE

Eleições: Mais que nomes, o Brasil precisa de um plano

Foto: Daniel Fagundes/Trilux



Cotait: "O Brasil precisa repensar seu modelo de desenvolvimento"

O Brasil cresceu pouco e mal nas últimas décadas. Enquanto outros países avançaram ao articular produtividade, educação e investimento em infraestrutura e inovação, o Brasil se acomodou em um modelo que priorizou apenas busca pela estabilidade nominal, entre receitas e despesas, e falhou na promoção da melhoria efetiva da qualidade de vida da população.

O contraste é evidente. Coreia do Sul, Vietnã, China, Indonésia e Índia seguiram trajetórias distintas entre si, mas com um ponto comum: todos trataram crescimento, investimento e transformação produtiva como objetivos explícitos de Estado. Entenderam que a verdadeira riqueza de uma nação está na sua capacidade de produzir, inovar e gerar oportunidades. No Brasil, o desenvolvimento passou a ser tratado como secundário, quase um efeito colateral, e não como um projeto nacional.

Esse desequilíbrio aparece com clareza na área social. Avançamos no acesso à educação, mas fracassamos na qualidade. A formação oferecida é insuficiente para preparar cidadãos, ampliar a produtividade e sustentar uma economia mais moderna. Sem educação de qualidade, não há inclusão social duradoura, nem melhora consistente em saúde e segurança pública.

A falta de crescimento estruturado também limita a capacidade do Estado de investir onde mais importa e que leve à transformação de fato da sociedade. Juros persistentemente elevados drenam recursos públicos que poderiam ser direcionados à educação, à segurança, à infraestrutura social e à

geração de emprego e renda. Estabilidade é necessária, mas não pode ser um fim em si mesma quando convive com serviços públicos frágeis e desigualdades profundas.

Além disso, tratar o controle da inflação como objetivo isolado ignora problemas estruturais do país, como baixa produtividade, desigualdade regional e carências históricas nas políticas sociais. O resultado é um país formalmente estável, mas socialmente vulnerável. A expansão do PIB não reflete no desenvolvimento real das pessoas. Cerca de 28,8 milhões de crianças e adolescentes (0 a 17 anos) ainda vivem sem acesso a um conjunto de direitos básicos no país, como acesso à educação, água potável, saneamento, moradia adequada e saúde. Esse número representa mais da metade da população infantil e juvenil do Brasil em 2023.

O Brasil precisa repensar seu modelo de desenvolvimento. A política econômica deve estar integrada a um projeto que coloque as pessoas no centro das decisões, que transforme estabilidade em bem-estar e crescimento em qualidade de vida.

Mais do que discutir nomes ou governos, o país precisa de um plano, que articule crescimento econômico com desenvolvimento social, educação de qualidade e segurança pública eficiente – porque, no fim, a verdadeira riqueza de uma nação está na sua população e na capacidade de produzir.

Alfredo Cotait Neto,
presidente da CACB



Foto: Daniel Fagundes/Trilux

Em vitória do associativismo, Receita Federal publica Instrução Normativa que garante isenção de tributos a entidades sem fins lucrativos

João Andrade e Anderson Trautman Cardoso ao lado do deputado Joaquim Passarinho (PL-PA)

A Receita Federal do Brasil publicou em fevereiro a Instrução Normativa Nº 2.307 que assegura a isenção de tributos a entidades sem fins lucrativos. Com a publicação da regra, fica garantida a exclusão de instituições, como as associações, federações e confederação representativas do setor empresarial, do Imposto de Renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

A Conquista é resultado de diálogo, junto à Receita Federal, liderado pela Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) em conjunto a União Nacional das Entidades do Comércio e Serviços (Unecs), da qual a CACB e outras sete entidades do setor produtivo fazem parte, e as Frentes Parla-

mentares de Comércio e Serviços (FCS) e Empreendedorismo (FPE). “É vitória e segurança jurídica”, destaca Anderson Trautman Cardoso, vice-presidente Jurídico da CACB.

Para ele, ato normativo traz total segurança jurídica ao confirmar, de forma expressa, que as entidades sem fins lucrativos não entram na redução linear de 10% de incentivos fiscais federais estabelecidos pela Lei Complementar 224/2025, que faz parte da Reforma Tributária. **“A medida afasta a tributação que estava prevista para começar em janeiro de 2026 (no caso do IR) e em abril deste ano (para a CSLL e COFINS). Na prática, fica assegurada a não incidência, e as entidades continuam isentas destes impostos e contribuições”, explica Anderson.**

O dirigente da CACB reforça que a vitória tributária é específica e não se confunde com as diretrizes de transição da nova Reforma Tributária. “Permanecem inalteradas as exigências e a entrada em vigor dos novos tributos previstas no art. 348 da LC 214/2025 (disposições comuns ao IBS e à CBS em 2026), bem como o que determinam a Emenda Constitucional 132/2023 e a LC 227/2026”, ressalta.

No dia 12 de fevereiro, a Receita Federal já havia publicado em documento de esclarecimento administrativo aos contribuintes, o “Perguntas e Respostas”, a informação de que as entidades sem fins lucrativos não estão expostas à redução linear dos incentivos fiscais previstos na Lei Complementar 224/2025.

Debate:

A exclusão de entidades sem fins lucrativos do corte de 10% em benefícios fiscais foi tema de debate em fevereiro durante reunião de parlamentares e representantes do setor produtivo. O assunto foi discutido na Frente Parlamentar do Empreendedorismo, em Brasília.

Na ocasião, o deputado federal Domingos Sávio (PL-MG), representando a Frente Parlamentar de Comércio e Serviços (FCS), destacou o papel dessas associações e defendeu que elas sejam excluídas da redução. “A Lei Complementar nº 224/2025 deixou um entendimento de que só quem tiver CEBAS (Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social), só quem for entidade filantrópica [poderá ficar de fora da norma]. As associações sem fins lucrativos não são filantrópicas, mas têm um papel social fundamental para este equilíbrio no ambiente democrático”, afirmou.

Ao final da reunião, o vice-presidente jurídico da CACB, Anderson Trautman Cardoso, apresentou o pleito de que o corte



Anderson da CACB e Robinson Barreirinhas, secretário da Receita Federal

de 10% não atingisse as associações civis, sem fins lucrativos, ao secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas.

O que diz a Lei Complementar

A LC 224/2025 determina a redução de 10% nos incentivos e benefícios tributários federais. Na prática, se antes uma empresa ou entidade usufruía de um benefício que reduzia a carga tributária em determinado valor, agora esse benefício tende a ser 10% menor, salvo exceções previstas em lei.

Os tributos atingidos incluem:

- PIS e Cofins (inclusive importação);
- Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ);
- Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL);
- Imposto de Importação (II);
- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);
- Contribuição previdenciária do empregador.

Parceria da CACB e dos Cartórios do Brasil amplia segurança nas negociações das micro e pequenas empresas



Marco Bertaiolli (Facesp), Andre Gomes Netto e Ionara Gaioso (IEPTB-BR) e Alfredo Cotait Neto (CACB)

As duas milhões de empresas vinculadas às 2,3 mil associações comerciais de todo o país terão acesso a uma nova ferramenta com informações para análise de crédito e inclusão de protestos dos consumidores pessoas físicas ou jurídicas. Batizada de AC Protesto, a plataforma, lançada em fevereiro, é uma parceria da Confederação das Asso-

ciações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) e dos Cartórios do Brasil, do Instituto de Estudos de Protestos de Títulos do Brasil (IEPTB-BR).

A iniciativa amplia a segurança nas negociações ao permitir que os associados, majoritariamente micro, pequenas e médias empresas, tenham acesso a



Participantes do lançamento do AC Protesto, parceria da CACB e dos Cartórios do Brasil

um sistema único no Brasil para análise de risco de inadimplência. A solução empresarial cria uma rede nacional integrada de informações para análise de crédito, gestão de risco e inteligência comercial.

As empresas associadas passam a contar com o envio facilitado de dívidas a protesto e acesso a informações oficiais sobre inadimplência. O objetivo é reduzir perdas financeiras e fortalecer a gestão do fluxo de caixa. O sistema possibilita ainda a inclusão de protesto. A ideia é que, no futuro, seja também espaço para negociações e pagamentos.

O presidente da CACB, Alfredo Cotait Neto, considerou a iniciativa, para o micro e pequeno empreendedor, que abrange 65% dos negócios do país, uma ação fundamental de democratização do crédito, que é o combustível para o crescimento do empreendimento. “Essa parceria dará oportunidade para esse empreendedor ter direto junto à associação comercial da sua cidade a informação segura para quem ele está dando crédito e ao mesmo tempo, caso não consiga receber, possa iniciar o processo de protesto”, destaca.

O presidente do IEPTB-BR, André Gomes Netto, explica que o acordo viabiliza o acesso ao protesto em todos os municípios do Brasil. “O associado terá, em tempo real, chance de consultar se uma pessoa física ou jurídica tem alguma restrição de crédito, o que vai conferir mais segurança nas suas relações comerciais, evitando a inadimplência”, argumenta.

O coordenador dos Conselhos Superior da CACB e da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (Facesp), Marco Bertaiolli, ressalta que, com a AC Protesto, as empresas terão acesso, por meio do sistema associativista, ao mais completo sistema de informações para análise de crédito. “A partir de agora, elas poderão consultar de maneira online todos os títulos registrados como inadimplentes no Brasil e, de uma forma eficaz, nortear a concessão de crédito”, informa.

As associações interessadas deverão firmar contrato de adesão ao sistema. Também participaram do lançamento da AC Protesto Ionara Gaioso, vice-presidente do IEPTV-BR, e Natanael Miranda dos Anjos, superintendente geral da Facesp, além de vários dirigentes de associações comerciais do país.

ANÁPOLIS

Impulsionada pela inauguração da estrada de ferro, que em 1935 transformou Anápolis (GO) em um polo econômico promissor e fortaleceu o setor produtivo local, a Associação Comercial e Industrial de Anápolis (ACIA) completou 90 anos de fundação no dia 8 de fevereiro, reafirmando sua trajetória histórica de representatividade e defesa dos interesses empresariais.



CAMPO GRANDE

A Associação Comercial e Industrial de Campo Grande (ACICG) promoveu, no dia 12 de fevereiro, um treinamento sobre Reforma Tributária. O encontro reuniu empresários e contadores para debaterem as notas técnicas da NF-e e da NFS-e e distribuição de lucros, além de abordar as mudanças da nota fiscal e seu período de transição, que deve se estender até 2033.

CAXIAS DO SUL

Em apoio à 35ª Festa Nacional da Uva, a Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul (CIC Caxias), em parceria com o CIC Café, realizou uma exposição de fotografias do concurso "Tirando Pó" na Galeria de Artes, durante o festival. O concurso surgiu no contexto das ações de marketing da Festa da Uva. A iniciativa integra as ações de apoio da entidade.



SALVADOR

A Associação Comercial da Bahia (ACB) lançou um novo site com navegação intuitiva, design moderno e maior integração com serviços e projetos. A proposta é que o site funcione como uma ponte direta entre a entidade, setor produtivo, poder público e a sociedade. A plataforma ampliou a transparência, fortaleceu a conexão com o setor produtivo e abriu espaço para publicidade institucional às empresas associadas.



FRANCA

A Associação do Comércio e Indústria de Franca (ACIF) disponibilizou um material gratuito sobre estratégias comerciais e peças prontas para as redes sociais, em apoio ao dia do consumidor, celebrado em 15 de março. O box de marketing pode pelo site **campanhasacif.com.br**



FRANCISCO BELTRÃO

O Ciklo, hub de inovação da Associação Empresarial de Francisco Beltrão (Acefba), consolidou atuação ao manter um banco de prospecção com mais de 450 startups. A iniciativa fortaleceu a conexão entre empresas associadas e o ecossistema de tecnologia, ampliando parcerias estratégicas e desenvolvimento regional

Presidentes da CACB e da CCJ da Câmara discutem pautas relevantes para o país



Foto: CACB

Alfredo Cotait Neto, CACB, e Leur Lomanto Júnior, CCJ da Câmara

O presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), Alfredo Cotait Neto, reuniu-se nesta quarta-feira (25) com o novo presidente da Comissão de Constituição de Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, Leur Lomanto Júnior (União – BA). O parlamentar assumiu o cargo no legislativo no dia 10 de fevereiro.

A visita de cortesia, que ocorreu na Presidência da CCJ, foi uma oportunidade para demonstrar que a CACB está presente e acompanha as discussões de interesse do setor produtivo. A reunião teve o objetivo de apresentar as preocupações das associações empresariais, do setor de comércio e serviço e das micro e pequenas empresas com relação as

discussões sobre a alteração na jornada de trabalho.

“É um tema que precisa ser discutido com muita cautela, pois vai impactar a vida de milhões de brasileiros”, disse Cotait. O presidente da CACB também pode ouvir as impressões e as expectativas do parlamentar em relação ao calendário legislativo de 2026. A CCJ é considerada uma comissão central para definição das pautas em andamento na Câmara dos Deputados.

Um dos temas que deverá ser debatido na CCJ é a proposta de emenda à Constituição que altera a jornada de trabalho, encaminhada à comissão pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). No seu discurso de posse, o deputado Leur Lomanto Júnior, que está no seu segundo mandato, afirmou que a sua gestão terá como foco o equilíbrio e a abertura ao diálogo, especialmente em temas complexos como a proposta que modifica escala 6x1.

Alfredo Cotait Neto é eleito para Presidência da ACSP

A Associação Comercial de São Paulo (ACSP) comunicou a seus associados que, em reunião do Conselho Deliberativo, realizada em fevereiro, o Conselheiro Alfredo Cotait Neto foi eleito, por aclamação, novo Presidente da entidade. O novo dirigente tomará posse no dia 31 de março, quando se encerra o mandato do Presidente Roberto Mateus Ordine.

GASTO BRASIL

Despesa pública chega a **R\$ 932 bilhões** em dois meses

A despesa geral da administração pública brasileira (federal, estadual e municipal) chegou a R\$ 931,9 bilhões apenas nos dois primeiros meses de 2026. As informações são da plataforma Gasto Brasil, que fornece uma base de dados para o monitoramento contínuo das finanças governamentais, incluindo despesas com pessoal e encargos sociais, investimentos, inversões financeiras em aquisição de imóveis, entre outros.

Criado em abril de 2025, pela Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), em parceria com a Associação Comercial de São Paulo (ACSP), o painel contribui para o fortalecimento da transparência, da gestão fiscal e da tomada de decisões baseada em dados, e promove um ambiente mais eficiente para a política econômica brasileira.

Para o presidente da CACB, Alfredo Cotait Neto, “é necessária uma reforma administrativa no Estado brasileiro, de modo a melhorar o planejamento e a eficiência às ações governamentais”. Para ele, também deve haver incentivo a mecanismos de controle com o teto de gastos, além de critérios claros de investimento. “A ausência de reformas estruturais compromete a sustentabilidade das contas públicas e afeta diretamente a capacidade do Estado”, completa Cotait. Acesse e confira o painel: **gastobrasil.com.br**



Fim da escala 6x1 acende alerta no setor produtivo

CACB reforça a necessidade de uma análise ampla antes de qualquer alteração no atual modelo de jornada de trabalho

O debate sobre o fim da escala 6x1 – modelo em que o trabalhador atua seis dias consecutivos e descansa um – voltou a ganhar destaque no Congresso Nacional e tem mobilizado parlamentares, entidades empresariais e representantes do mercado de trabalho. A proposta levanta questionamentos sobre os impactos econômicos e operacionais para empresas de diferentes setores.

A CACB acompanha o avanço do debate com cautela e reforça a necessidade de uma análise ampla antes de qualquer alteração no atual modelo de jornada de trabalho. A entidade alerta que o fim da escala 6x1, se implementado de forma abrupta, pode trazer efeitos significativos para o mercado.

Entre os principais pontos de atenção estão o aumento dos custos operacionais, a necessidade de contratações adicionais, a redução da margem de lucro e, em alguns casos, o risco de fechamento

de vagas ou informalidade. A preocupação é maior entre micro, pequenas e médias empresas, que possuem menor capacidade de absorver mudanças repentinas na legislação trabalhista.

O vice-presidente da CACB, Valmir Rodrigues da Silva, avalia que países desenvolvidos conseguem adotar jornadas menores porque contam com alta produtividade – realidade ainda distante no Brasil. Segundo ele, enquanto um trabalhador brasileiro leva, em média, uma hora para produzir o que um norte-americano faz em 15 minutos, fatores como educação, infraestrutura e tecnologia ainda limitam ganhos de produtividade. “Quando você reduz a carga horária, tendo uma produtividade baixa, naturalmente que isso vai impactar nos custos, e esse custo será repassado ao mercado”, destaca.

Ele também chama atenção para o risco enfrentado por empresas que não

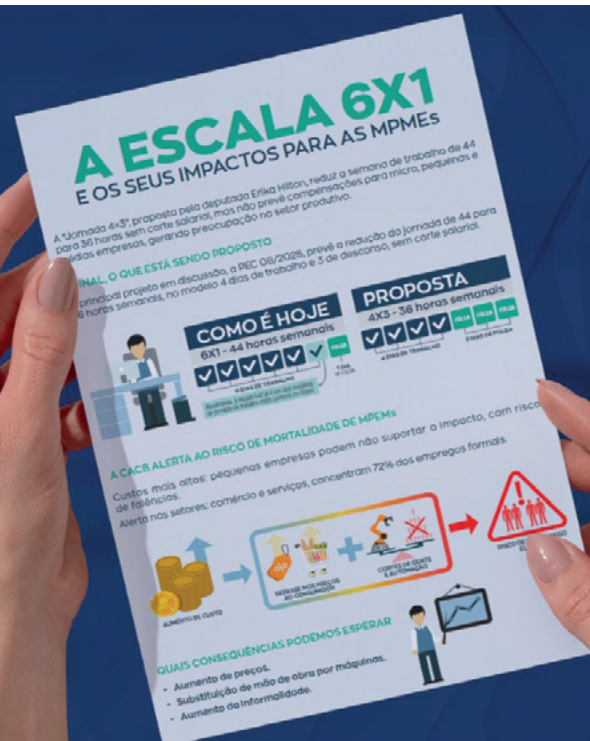
conseguem repassar ao mercado o aumento dos custos. No caso de negócios que atuam como fornecedores e conseguem distribuir esse reajuste ao longo da cadeia produtiva, o impacto tende a ser menor. Já para quem está na ponta, lidando diretamente com o consumidor final, a margem de manobra é reduzida: se o público não absorver a alta de preços, a empresa pode ter sua rentabilidade comprometida e, no pior cenário, ser levada ao fechamento.

extinção da escala 6×1 precisa ser analisada com muita cautela. “O comércio e os serviços dependem fortemente de mão de obra e operam com margens apertadas. Uma mudança desse porte, sem transição e sem contrapartidas como desoneração da folha e ganhos de produtividade, pode elevar custos, reduzir competitividade e afetar a geração de empregos. Defendemos diálogo e equilíbrio para que o avanço nas relações de trabalho não resulte em efeitos negativos para a economia”, ressalta.

Para a CACB, é inegável que a redução da jornada pode melhorar a qualidade de vida, mas é preciso avaliar os impactos financeiros também para o trabalhador. “O trabalhador também é comprador. Então se o preço é impactado, se o custo subir, ele vai ter que fazer um esforço maior para manter aquilo que ele já tem”, afirma Valmir Rodrigues.

A entidade defende que o caminho mais equilibrado passa pelo diálogo entre governo, Congresso, trabalhadores e empresários, além da busca por alternativas como a flexibilização de jornadas, acordos coletivos e modelos adaptáveis à realidade de cada atividade econômica.

CACB atenta às mudanças na jornada de trabalho!



Associações comerciais entregam carta com reivindicações a deputados e senadores



Foto: Banco de Imagem

A CACB alega que o ambiente de negócios no país tem crédito difícil, burocracia excessiva e insegurança jurídica

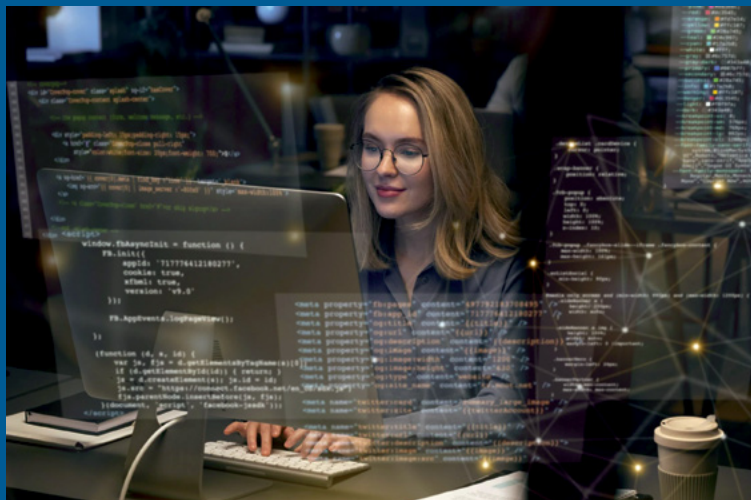
A CACB iniciou em fevereiro mobilização no Congresso Nacional em defesa de pautas de interesse do setor produtivo, principalmente de micro e pequenos negócios ligados ao comércio, serviços, indústria e agropecuária. A carta entregue a deputados e senadores reivindica, por exemplo, o estímulo à formalização de empresas, atualização do Simples Nacional e maior participação das micro e pequenas empresas em compras públicas.

“O Brasil precisa de uma agenda legislativa a favor do empreendedorismo e

das micro e pequenas empresas”, ressaltou a carta entregue aos parlamentares. A CACB alega que o ambiente de negócios no país tem crédito difícil, burocracia excessiva e insegurança jurídica. A CACB mostra que as micro e pequenas empresas representam 95% dos negócios do País e respondem por 30% do Produto Interno Bruto (PIB). “Mas, apesar de sua relevância, seguem enfrentando obstáculos estruturais como entraves regulatórios, alto custo tributário e dificuldade de acesso a financiamento”, destaca a Confederação.

FAC: novos cursos

A Faculdade do Comércio (FAC) iniciou no dia 23 de fevereiro as aulas do ano letivo de 2026 com o lançamento de seis novos cursos de pós-graduação, desenvolvidos em parceria com o Instituto Ives Gandra, referência nacional no meio jurídico. A iniciativa reforça a estratégia da instituição de alinhar formação acadêmica às demandas do mercado, em sintonia com o sistema associativista empresarial.



Série Reforma Tributária

A CACB criou uma área especial no site da instituição, dedicada exclusivamente ao conteúdo sobre a Reforma Tributária sobre o Consumo. De modo facilitado, lá é possível recuar no tempo e encontrar conteúdos publicados no portal desde 2016. O assunto é uma das principais pau-

tas de interesse da Confederação, o que se expressa no volume de cerca de 200 publicações reunidas. Além de materiais produzidos pela Assessoria de Comunicação da CACB, a área traz textos divulgados por instituições parceiras, agências de notícias e veículos de imprensa.

Mercado de Trabalho



Governo Federal anunciou no dia 25 de fevereiro que irá prorrogar pela quinta vez a entrada em vigor da Portaria nº 3.665/2023, que trata das regras para o trabalho em feriados no setor do comércio. O adiamento valerá por mais 90 dias, mas Frentes Parlamentares de Comércio e Serviços (FCS) e do Empreendedorismo (FPE), a União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços (Unecs), da qual a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) faz parte, e o Instituto Brasileiro de Política e Economia (IBPE), defendem a revogação da portaria.



Com o **AC Protesto**,
as Associações Comerciais
passam a oferecer a **maior
e a mais completa rede de
informações para análise
de crédito do Brasil**

Mais informações e como aderir:
acprotesto@facesp.com.br

